



# Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1975.

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 152ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Leopoldo Jacomel.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Basílio Zanusso (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Alfredo Gulin, Deni Schwartz, Luiz Alberto Oliveira, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara, e Quielse Crisóstomo (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão as seguintes proposições:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 106/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 131/74, de autoria do ex-Deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo criar na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, um curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 114/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 172/74, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que obriga autores, editores e impressores que publiquem obras no Estado do Paraná, a remeterem dois (02) exemplares dessas obras à Biblioteca Pública do Estado, quer sejam livros, folhetos, revistas, jornais, mapas ou plantas. Parecer da C.C.J., dando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 153ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1975 (Sexta-Feira).

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Basílio Zanusso. (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Alfredo Gulin, Deni Schwartz, Luiz Alberto Oliveira, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara e Quielse Crisóstomo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIO:

OFÍCIO Nº 437/75

Curitiba, 11 de setembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes dos Senhores Deputados da ARENA que, como titulares e suplentes, passam a integrar a COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO criada para o setor da Educação:

#### EFETIVOS:

- 1 — Gilberto Carvalho
- 2 — Jorge Sato
- 3 — Basílio Zanusso
- 4 — Fabiano Braga Cortes

#### SUPLENTES:

- 1 — Dácio Leonel
- 2 — Jurandir Messias
- 3 — João Cioni Neto
- 4 — Leopoldo Jacomel

Na oportunidade, manifesto a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

a) IVO THOMAZONI

**REQUERIMENTO:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se registre na ata dos trabalhos um voto de congratulações à ilustre classe da imprensa falada, escrita e televisionada deste Estado, pela passagem do "Dia da Imprensa", ocorrido no último dia 10.

Requer outrossim, o registro em particular ao nobre comitê de imprensa credenciado neste Poder Legislativo, pela maneira correta e leal como narram os fatos políticos aqui desenvolvidos e as ações dos Senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

**PROJETO DE LEI:**

**PROJETO DE LEI Nº 120/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Filantrópica e Recreativa Oliveira — AFIRO.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Filantrópica e Recreativa Oliveira — AFIRO, com sede e foro no município de Palmas, é uma associação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da associação e pelos atestados das autoridades competentes, se observam relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de Utilidade Pública, é que oferecemos o presente plano de Lei à consideração, dos meus Pares.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença neste plenário, do ilustre Vereador, Sr. Bernardo Brito Costa, da ARENA, da cidade de Ponta Grossa.

Finda a Leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. (Pausa). — Ausente.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era nosso intuito, no último dia 10, comparecermos a esta tribuna para registrarmos aqui, no Estado do Paraná, o dia consagrado à imprensa brasileira. Infelizmente, um fato motivou luto a esta Assembléia e a este Paraná, o falecimento de um dos Senhores colaboradores do Departamento Médico desta Casa, fazendo com que aquela sessão fosse transferida e adiada.

No dia de ontem queríamos aqui nos fazer presentes também, mas pela tomada de tempo dos companheiros que usaram todo o tempo disponível da sessão, deixamos para hoje o registro daquele dia que é consagrado à imprensa.

Não poderíamos, de forma alguma, nós que exercemos uma função pública aliados à imprensa falada, escrita e televisionada deste Estado, deixar de registrar, o que iremos fazer na data de hoje, com a data vênica deste plenário, um voto de congratulações, na ata dos trabalhos de hoje, à imprensa Paranaense e mais particularmente ao Comitê de Imprensa sediado nesta

Casa, que sempre tem dado a cobertura leal e honesta a todos os fatos aqui desenrolados.

Queremos também aproveitar a oportunidade, para registrar nesta Casa aquilo que foi referendado pelo nosso companheiro representante de Ponta Grossa, ou seja, que, na próxima segunda-feira, a nossa Princesa dos Campos estará completando 152 anos de existência, fazendo com que o Paraná e principalmente a região dos Campos Gerais sejam divulgados, pelo grande progresso econômico que está sendo desenvolvido naquela região.

Queremos, nesta oportunidade, como representantes daquela cidade, externar um convite de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal para todos os Senhores representantes desta Casa, bem como para todo o povo paranaense, para que lá compareçam e verifiquem que realmente Ponta Grossa desfruta, no dia de hoje, não de uma ascensão em termos estaduais, mas, em termos nacionais porque ali vemos um dos maiores complexos industriais, na industrialização do soja, da América do Sul. E quem ganha com isto é realmente a Nação Brasileira.

Ao finalizar, diríamos que, na próxima terça-feira estaremos nesta mesma tribuna, comentando sobre os convênios assinados há um ano atrás pelo Governo do Estado e a cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — (Lê): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tramita nesta Casa Mensagem Governamental dispondo sobre a criação da EMOPAR, sigla escolhida para designar a empresa pública que teria por objetivos a construção e conservação de prédios de propriedade do Estado.

A matéria não foi por nós ainda examinada objetivamente, por não haver sido, por enquanto, submetida a exame das Comissões competentes. Entretanto, pela natureza da empresa, da criação proposta pretendemos antecipar o nosso ponto de vista em tese, acreditando que a opinião prévia ora emitida possa servir de subsídios, especialmente à Comissão de Constituição e Justiça, não pelo aspecto da legalidade, e sim, pelo da conveniência que também deverá pesar no parecer dos ilustres membros daquele órgão permanente desta Casa.

Em reiterados pronunciamentos, publicados pela imprensa o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Nacim Bacila Neto, tem demonstrado, com dados numéricos, que apenas 30 por cento dos dinheiros públicos são hoje devidamente fiscalizados, por estar sua aplicação submetida à administração direta do Estado, portanto enquadrada nas Leis gerais que regulam a execução orçamentária.

Os outros 70 por cento compondo o grande volume de recursos públicos estaduais, são gerados pela chamada administração indireta composta pelas sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações onde o Estado é participante com poder majoritário. Tais recursos são aplicados de acordo com os desejos discricionários das diretorias dessas entidades, e, em última análise, do Chefe do Poder Executivo, a quem compete indicar os integrantes dos corpos diretivos.

A fuga de fiscalização da aplicação dos recursos manuseados pela administração indireta foi sanada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em mensagem por ele enviada ao Congresso dispondo de tais verbas deverão também sofrer a apreciação dos tribunais de contas. Por certo, moveu o Presidente a adotar essa iniciativa o surto de corrupção que eclodiu nos últimos anos, hoje fartamente denunciado pela imprensa, que teve como palco a administração indireta da União ou dos Estados. Atente-se, entretanto, que as cortes contenciosas terão seu poder limitado à lisura das aplicações, de acordo com a legisla-

ção. Dirão simplesmente, se houve ou não lisura no trato do dinheiro público. Não poderão, por fugir a sua alçada, dizer se esses dinheiros tiveram uma aplicação conveniente, sob o ângulo, de apreciação sócio-política atendendo os investimentos os melhores interesses da comunidade contribuinte..." (Interrompe a leitura).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a V. Exa. que o tempo de V. Exa. está esgotado.

O SR. ARAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, considerando a importância do pronunciamento que eu faço, pediria a V. Exa., dado o pequeno número de Deputados presentes, mais 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE — O tempo é improrrogável. Concedo a V. Exa. o tempo necessário para concluir sua oração.

O SR. ARAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que as grandes causas de interesse do povo não devem ser ditas no momento oportuno. Solicito a minha inscrição em Explicações Pessoais, Sr. Presidente, para que eu possa completar as minhas palavras que acho de relevante importância para o povo do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido de V. Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, quarto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Revolução Industrial, hoje mais dinâmica na busca de novos bens econômicos que vem satisfazer as suas necessidades crescentes, tem sido uma das principais causas de poluição do meio ambiente. Hoje preocupados vemos centenas de quilômetros de nosso território completamente desmatados para a obtenção de matéria prima e o ar atmosférico impregnado de resíduos venenosos capazes de provocar sérias enfermidades ao homem. Felizmente, as autoridades públicas, e notadamente a imprensa de nossa terra, têm dado viva contribuição à causa atual da preservação do meio ambiente. Lemos hoje edital do "Diário do Paraná" a informação de que "a 29 de novembro vindouro o Ministro Rangel Reis, do Interior, estará na Capital Paulista, para abrir a Primeira Conferência Nacional do meio Ambiente, convocada pela Associação Brasileira de Prevenção à Poluição do ar".

Diz ainda o articulista que "na oportunidade o Ministro dará posse à nova Diretoria da citada entidade, presidida por um profissional da imprensa, jornalista Randolfo Marques Lobato".

A citada conferência, além do Ministro Rangel Reis, contará com a presença dos Ministros Paulo de Almeida Machado, da Saúde, e Henrique Simonsen, da Fazenda, bem como de centenas de pesquisadores de todo o País.

É uma notícia realmente alvissareira, porque lamentavelmente estamos passando por um estágio de destruição de nossos mais sagrados recursos. E, se não ocorrer uma tomada de posição muito séria, talvez a próxima geração não tenha sequer condições de vida.

Portanto, deixo consignado, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Assembléia Legislativa, o nosso profundo reconhecimento a essas autoridades que estão batalhando em prol desta justa causa que visa o bem estar de todos nós.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendíamos vir à tribuna no dia de hoje, entretanto fatos nos levam a ocupar a mesma e que se referem àqueles já por mim relatados na última oportunidade em que falei aos Srs. Deputados, com referência às violências que se têm verificado

na cidade de Laranjeiras do Sul, envolvendo autoridades daquela comunidade.

Hoje trazemos um pedido para ser encaminhado ao Excelentíssimo Corregedor da Justiça, comunicando fatos que ocorreram nesta Casa e que de certa forma causaram até um constrangimento a esta Poder.

Em face do pouco tempo de que disponho, vou ler apenas a comunicação à qual peço a meus ilustres Pares que deem integral apoio para que o prestígio deste Poder continue a ser preservado, porque este é o primeiro Poder já previsto na própria Constituição da República, é o Poder que representa as aspirações populares. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhada representação oficial deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, pelos fatos que adiante relata:

Em pronunciamento proferido no último dia 27 de agosto, em defesa de honestos moradores de Laranjeiras do Sul, denunciou-se a esta Casa o clima de intranquilidade reinante naquela região, bem assim o envolvimento do Dr. Juiz de Direito da Comarca com grupos econômicos que vem dando cobertura à ação de pistoleiros, pleiteando-se, em consequência, providências do Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.

Esse pronunciamento, de autoria do Deputado que o presente subscreve, mereceu apartes, entre outros, dos eminentes Deputados Aragão Matos Leão e Trajano Bastos, que o endossaram e o apoiaram integralmente por terem conhecimento, ambos dos fatos denunciados.

Ontem, sem que se tivesse conhecimento de qualquer providência do Poder Judiciário para apuração das irregularidades apontadas, esta Casa recebeu a insólita visita daquele Juiz de Direito, que vinha exigir certidões dos pronunciamentos aqui verificados, ao mesmo tempo que tentava pressionar alguns nobres Senhores Deputados a patrocinarem suas defesas, dizendo-se vítima de perseguição por "adversário político", apontados estes como o subscritor e seus apartes na sessão do último dia 27.

A atitude do magistrado vem afrontar este Poder, colocá-lo em conflito com o Judiciário, atentando contra a necessária harmonia que deve imperar e sempre reinou nas relações da Assembléia Legislativa com o Tribunal de Justiça do Paraná.

Nessas condições, solicitamos aqui a providência da representação ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, responsável pela condução disciplinar da magistratura, que a esta altura já deve também estar apurando as denúncias anteriormente relatadas.

E se está sob suspeição, deve aquele magistrado ser afastado do cargo, e, pretendendo apresentar defesa, providenciá-la junto ao Poder a que pertence, em sindicâncias que, temos certeza, já deve ter sido instaurada.

Pede e requer, também, que o expediente a ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça seja acompanhado dos seguintes documentos:

1 — Cópia do inteiro teor do discurso que proferimos da Tribuna desta Casa, no dia 27 de agosto de 1975, onde denunciávamos as irregularidades atribuídas àquele magistrado;

2 — Transcrição da fala daquele magistrado na Rádio Laranjeiras do Sul, que acompanha o presente e que é fiel à fita magnética em poder daquela emissora.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975".

Sr. Presidente, pedimos o encaminhamento do documento anexo a este requerimento e também o pronunciamento por nós proferido naquela oportunidade.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “O Governo Federal instituiu, para os seus funcionários, a contagem recíproca de tempo de serviço prestado a empresas privadas e à união.

Recusou-se, entretanto, mediante veto aposto ao Projeto originário do Congresso Nacional, a estender tal benefício aos funcionários públicos estaduais e municipais, sob a alegação precípua de que tal importaria em ignorância inconstitucional na vida dos Estados e Municípios.

É bem de se ver, que, por lei estadual, não se poderia instituir reciprocidade de contagem de tempo de serviço, mas, nada impede que o Estado reconheça, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço exercido pelos seus funcionários na atividade privada.

Com isto, estar-se-á dando um primeiro passo no sentido de que o Governo Federal se sensibilize para o problema e autorize, mediante Lei específica, o Instituto Nacional de Previdência Social a firmar convênios com os estados e municípios, para o efeito de estabelecer reciprocidade de tratamento para com os funcionários estaduais e municipais que deixem o Serviço Público e ingressem na atividade privada”.

Pretendemos apresentar plano de lei nesse sentido, mas reconhecemos que se trata de alterar dispositivo do Estatuto do Funcionário Público, e isso é da competência do Poder Executivo.

Mas pretendemos encaminhar, em forma de sugestão — e espero fazê-lo pessoalmente — ao Sr. Governador do Estado, a minuta de um ante-projeto de lei que, esperamos, ouvidos os órgãos da administração, se converta em anteprojeto de lei que através de mensagem governamental seja encaminhado a esta Casa, para que se inclua no artigo 130 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto do Funcionário Civil do Paraná, o seguinte inciso: (lê):

VI — o tempo, até o limite de dez (10) anos, em que houver exercido atividade de caráter privado, mediante comprovação de pagamento de contribuição para o Instituto Nacional de Previdência Social”.

Quero crer que a medida, se acolhida pelo Executivo e posteriormente analisada e votada por esta Casa de Leis, haverá por certo, de atender justa reivindicação do funcionalismo público estadual, que deseja gozar dos mesmos benefícios já atribuídos aos funcionários públicos civis da União.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em data de 7 de março ocupei esta tribuna para apresentar um pedido de informações à Secretaria de Educação e Cultura, sobre problema criado na cidade de Clevelândia, em que uma professora, por motivos políticos, foi barrada de dar aulas.

Recebemos a informação da Secretaria de Educação e pessoalmente conversamos com o Sr. Secretário de Educação. A referida professora compareceu à Secretaria e deu entrada ao recurso contra o indeferimento das aulas, recurso esse que foi aceito pelo eminente Secretário de Educação, cuja fotocópia tenho em mãos, em data de 17 de abril, que autorizou que a professora Tânia Eveli Lobo fossem atribuídas aulas, por ser a única licenciada em Filosofia e com direito às aulas.

Acontece, Sr. Presidente, — já disse um Sr. Deputado que a Secretaria de Educação é um órgão viciado e vicioso — que de 17 de abril a 30 de junho, a ordem da Secretaria não chegou à Clevelândia e essa professora, como muitos professores, se vergou ao peso da influência política.

Recebi uma carta dessa professora e agora quero ler a carta e enviá-la à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Educa-

ção, para apurar o que acontece na Secretaria de Educação, porque mais de 3 meses se passaram sem que uma ordem de Curitiba tenha chegado a Clevelândia.

A carta, que bem retrata o desistímulo que os professores têm é o seguinte: (Lê):

“Exmo. Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Com esta, venho à presença de V. Exa. agradecer pelo trabalho realizado por ocasião do impasse surgido quando pensei em realizar um sonho acalentado desde minha infância, quando sonhava em lecionar em minha cidade natal e assim poder retribuir um pouco dos cuidados e atenção que recebi quando estudante, desde o Jardim da Infância até os cursos Normal e Técnico Comercial respectivamente no Colégio Estadual São Luís e Colégio Comercial Estadual “Firmino Martins Netto”, ambos da cidade de Clevelândia, somente deixando esta para realizar um curso superior. Concluído este na Escola Superior de Educação Física da Universidade da cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, retornei à minha cidade natal e qual não foi minha surpresa ao sentir-me barrada em ingressar no magistério, preterida por motivos que, acredito, políticos, e se verdadeiros, torpes e baixos, em favor de pessoas leigas na cadeira de Educação Física por mim pretendida.

Agradeço e peço desculpas por não aceitar agora o cargo, visto que meu marido na época noivo, ao tomar conhecimento do caso e ver passar o tempo sem que algumas pessoas responsáveis no setor, tomassem iniciativas, chegando mesmo a colocarem impecilhos no meu ingresso e acostumado à vida de caserna onde não há lugar para politicagem e atitudes egoístas e pessoais, manifestou-se contra um coronelismo de araque que parece existir e que creio seja a causa dos impecilhos havidos no meu caso específico, procurou meu pai e solicitou que fosse o casamento antecipado, o que realmente aconteceu.

Tomou ele tal atitude, pois julgou que não havia mais de minha parte, interesse, no cargo, pois a má vontade apresentada pelas pessoas anteriormente referidas tiraram todo o meu estímulo e interesse em ocupá-lo.

Após esperar 8 meses, depois de agradecer a oportunidade de lecionar em Palmas e mesmo em Passo Fundo, pois procurava servir a minha cidade natal, só me resta agradecer a atenção de que fui distinguida por parte de V. Exa. e admitir a confiança na humanidade, pois os entravadores do progresso, os que desejam o pior para os da sua comunidade em favor de suas ambições egoístas e pessoais estão terminando, para o bem dessa cidade, minha cidade natal à qual tanto amo.

Atenciosamente

a) TÂNIA EVELI LOBO GOMES

— (Com firma reconhecida)”.

Comunico apenas à Casa que quero encaminhar toda a documentação deste processo à CPI da educação para que, realmente, sinta que existe interferência política. O Pedido de Informações que fiz se baseava num documento da própria Diretora da Escola, documento que está arquivado na Secretaria de Educação e Cultura e disse assim a referida professora...

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que está esgotado o tempo que dispunha, mas concedo um minuto para terminar a sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — A direção do Colégio de Clevelândia deu a seguinte declaração que tenho em mãos e que foi lida nesta Casa:

“A direção do referido colégio recebeu ordens de terceiros de não admitir a referida professora no quadro dos professores isto por questões políticas”.

Portanto agradeço a atenção e vou encaminhar à CPI para que tome as devidas providências.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Antes de passar para a Ordem do Dia anuncio a presença honrosa no plenário do ilustre Prefeito Municipal de Cianorte.

Temos, também, a satisfação de comunicar ao plenário, que se acha inscrito para falar em explicação pessoal, o Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem). Sr. Presidente, consulto se o Sr. Deputado que não está presente à Casa pode encaminhar matéria.

O SR. PRESIDENTE — Tem direito sim.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 36/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, naquela cidade. — **Aprovado.**

#### Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 04 de julho de 1974, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede naquela cidade.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 52/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Cambira, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquela comuna. — **Aprovado.**

#### Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Cambira, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 53/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e

Financeira celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de Planejamento. — **Aprovado.**

#### Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de Planejamento.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 131/73, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais — S.O.S., da cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

#### Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 131/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., da cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 189/74, que dispõe sobre licenciamento ou afastamento de servidores do Estado no que tange o parágrafo 4º do Artigo 9º, do Decreto número 12491, de 05/10/68. — **Aprovado.**

#### Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 189/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º O artigo 12, da Lei nº 4766, de 13 de novembro de 1963, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 5º — O desconto a que se refere o parágrafo anterior, a requerimento do contribuinte, será parcelado em até 12 (doze) vezes”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1975.

A) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, representando a ARENA, comissão criada para o setor da Educação. Ao Departamento Legislativo. Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra,

lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Corregedor Geral da Justiça, com relação aos fatos registrados em Laranjeiras do Sul, envolvendo o Juiz de Direito local.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a ilustre classe da imprensa falada, escrita e televisada deste Estado pela passagem do DIA DA IMPRENSA, ocorrido no último dia 10.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, referente ao exodo rural e atendimento social, que vem proporcionado pelo departamento específico aos habitantes das favelas e principalmente àquelas famílias recém chegadas do interior e que se unem aos favelados.— APROVADO.

Concedo a palavra, para Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — (Prossegue a leitura iniciada no Pequeno Expediente):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu agradeço a deferência da Presidência, deferindo o meu pedido de inscrição para Explicações Pessoais, e gostaria de continuar as palavras que eu vinha proferindo, dizendo que: (Lê):

... as cortes contenciosas não poderiam avaliar se a aplicação do dinheiro público, seria realizada atendendo estes investimentos aos melhores interesses da comunidade contribuinte, Na verdade a proliferação das empresas públicas e fundações teve, como principal efeito, transferir as diretorias, portanto, ao comando do Chefe do Poder Executivo, a exclusiva capacidade de decidir sobre a forma de gerir o dinheiro do povo. Com isto, emasculou-se o Poder Legislativo visto que, se subordinadas estivessem essas verbas à administração, estaria sua aplicação sujeita à programação financeira que se contém no Orçamento Geral do Estado, portanto submetida à apreciação desta Casa. Assim, matéria sobre a qual nos caberia opinar, como representantes da comunidade interessada, está sendo cada vez mais distanciada de observação. Hoje, sem dúvida alguma, as diretorias dessas entidades tem mais força e ingerência do Governo de que este que é um dos Três Poderes do Estado.

Infelizmente, este é um legado que recebemos. Encontramos a situação assim, fruto talvez da inadvertência ou da incúria de nossos antecessores, que como representantes do povo permitiram a proliferação dessas organizações, abrindo mão de deveres que eram deste Poder. Hoje, consolidada a situação, seria utopia pretender a extinção mera e simples da chamada administração indireta. Entretanto, por dever de consciência, e para preservação não só de prerrogativas atuais, mas perpétuas do Poder Legislativo, entendemos ser impossível concordar com a criação de mais uma empresa pública. No setor de Educação, vemos a Fundepar gerir o maior quinhão de dinheiros públicos. No de Comunicações, o mesmo acontece com a Telepar; no de Energia, com a Copel; no de Saneamento com a Sanepar; no financeiro com o Banco do Estado, no de Saúde com a Fundação Hospitalar; no de Habitação com a Choapar, e assim por diante. Melhor seria, então, que os poucos setores ainda ligados à administração direta, fossem todos transformados em empresas ou fundações, de uma só vez. Assim, esta não seria mais uma Assembléia Legislativa. Talvez fosse melhor chamá-la então, de Assembléia Geral, integrá-la não por representantes do povo mas por diretores das entidades. E teríamos pelo menos, inovado um original sistema de governo...

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É nessas condições, e por tais motivos, que por antecipação nos manifestamos, em princípio contrários à pretendida criação da EMOPAR. Não queremos, nós contribuir, para aumentar a castração deste Poder Legislativo, cuja capacidade de atuar na administração pública, já está, segundo o presidente do Tribunal de Contas, reduzida a menos de um terço. Examine a Casa, por suas Comissões, esse aspecto da questão, e temos, a impressão de que votaremos em plenário pareceres já contrários, para chegarmos à melhor conclusão, que será a rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de comunicar ao plenário que se encontra nesta Casa o ilustre Presidente do Banco do Estado, ex-Governador Emilio Gomes, que se encontra no Salão e convida esta Presidência aos Srs. Deputados para cumprimentá-lo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 119/74 e 59/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/75.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 610/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7077/75, de 15 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder a DARCI ANTONIO BUDEL, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL-29, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 21 de junho de 1975, data em que completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1975.—

Palácio “Dezenove de Dezembro”, 26 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 611/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7309/75, de 22 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, a JOSÉ ARY NASSIFF, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 22 de abril de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de



quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 637/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8767/75, de 2 de setembro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

colocar à disposição do Poder Executivo, para exercer o cargo em Comissão junto à Secretaria de Estado das Finanças, sem ônus para este Poder, o funcionário ACIR VILLATORE, ocupante do cargo de nível PL 22, da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de setembro de 1975.—

Palácio "Dezenove de Dezembro", 11 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 638/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7580, de 4 de agosto de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

designar, LUCIA MARIA DA VEIGA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 25, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Chefe da Seção de Cadastro de Deputados, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de agosto de 1975.—

Palácio "Dezenove de Dezembro", 11 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 634/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

I - retificar o Decreto Legislativo n.º 139/72, de 03 de abril de 1972, para declarar que o tempo de seis meses mandado incorporar pelo mesmo ao acervo de serviço público de JOÃO FARIAS, ocupante do cargo de nível PL 22, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia, está compreendido entre 28 de abril de 1962 e 28 de janeiro de 1967, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1966 e de quinze dias de 1965, e não como consta naquele ato;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu

acervo de serviço público, o tempo de seis meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 28 de janeiro de 1967 e 28 de março de 1971, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1969 e 1970, contadas em dobro; e,

III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 28 de janeiro de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio completou quinze anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 632/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E V O L V E

conceder, com fundamento no Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a JOÃO FELLIPE CHAVES LOUREIRO, ocupante do cargo de nível PL 30, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais 5 por cento sobre seus vencimentos, a partir de 25 de maio de 1975, data em que completou trinta e três anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de 25 por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 633/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, ocupante do cargo de nível PL 18, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um ano e dezenove dias, compreendido entre 04 de março de 1953 e 23 de março de 1954, em que prestou serviços ao Exército Nacional e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 18 de maio de 1975, data em que completou vinte anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º SECRETÁRIO
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 635/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

designar, a funcionária NILVA MARIA MORO, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL 22, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Assessor de Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 28 de agosto de 1975.—

Palácio "Dezenove de dezembro", 10 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 636/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ CHECHELISKI, ocupante do cargo de nível PL 19, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um ano, compreendido entre 31 de Janeiro de 1951 e igual data de 1952, em que prestou serviço militar obrigatório.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a), AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.—

**PORTARIAS:**

**PORTARIA Nº 486/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

revogar a Portaria n. 145/75, de 26 de março de 1975, que autorizou o funcionário EDUARD ELIAS THOMÉ, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários a partir de 1º de setembro de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de Setembro de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

**PORTARIA Nº 487/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

designar, ANTONIO DA SILVA, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Motorista no Gabinete do Diretor Administrativo.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de setembro de 1975.

- JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

**PORTARIA Nº 488/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

autorizar, ANTONIO WALDEMAR SAVIO, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a 50 por cento de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de setembro de 1975.

- JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

**PORTARIA Nº 489/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

conceder, a MARIA NEIDE BOZA STIVAL, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 14, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 02 de setembro de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de setembro de 1975.

- JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

**PORTARIA Nº 490/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.173/75, a MANOEL MARTINS DE CASTRO, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de setembro de 1975.

- JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

**PORTARIA Nº 491/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75 e 233/75, aos funcionários SÉRGIO MANOEL POPLA-DE CERCAL, ocupante do cargo de Advogado nível PL 30 e JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO, ocupante do cargo de Advogado nível PL 30, respectivamente, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de setembro de 1975.

- JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

**PORTARIA Nº 492/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, ocupante do cargo de Advogado nível PL 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de setembro de 1975.

- JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.



## DFCP - CONTABILIDADE GERAL - BALANCETE DO MÊS DE JUNHO DE 1975

## A T I V O

## DISPONIVEL

|            |              |              |
|------------|--------------|--------------|
| Tesouraria | 2.704.646,35 | 2.704.646,35 |
|------------|--------------|--------------|

## EXECUÇÃO DA DESPESA

|                             |               |               |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Venc. e Vantagens Fixas     | 12.573.670,91 |               |
| Desp. Var. com o Pes. Civil | 6.481.677,63  |               |
| Material de Consumo         | 607.411,17    |               |
| Serviços de Terceiros       | 2.447.060,52  |               |
| Encargos Diversos           | 1.006.303,24  |               |
| Despesas de Exerc. Ant.     | 67.313,00     |               |
| Subvenções Sociais          | 3.669.578,00  |               |
| Inativos                    | 1.527.808,83  |               |
| Pensionistas                | 520.188,02    |               |
| Salário Família             | 200.111,20    |               |
| Equipamentos e Instalações  | 105.966,83    |               |
| Material Permanente         | 299.227,35    |               |
| Aux. para Obras Públicas    | 5.880.834,41  |               |
| Contrib. de Prev. Social    | 191.111,38    | 35.578.262,49 |

## CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas

## TOTAL DO ATIVO

38.282.908,84

## P A S S I V O

## LIBERAÇÃO DA SEC. FAZENDA

## PESSOAL

|                             |               |               |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Venc. e Vantagens Fixas     | 12.350.000,00 |               |
| Desp. Var. com o Pes. Civil | 6.320.000,00  |               |
| Inativos                    | 1.529.000,00  |               |
| Pensionistas                | 647.000,00    |               |
| Salário Família             | 181.000,00    | 21.027.000,00 |

## OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

|                            |              |              |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Material de Consumo        | 670.000,00   |              |
| Serviços de Terceiros      | 2.810.000,00 |              |
| Encargos Diversos          | 650.533,00   |              |
| Desp. de Exerc. Anteriores | 200.000,00   |              |
| Subvenções Sociais         | 1.970.000,00 |              |
| Contrib. de Prev. Social   | 230.000,00   | 6.530.533,00 |

## CAPITAL

|                            |              |               |
|----------------------------|--------------|---------------|
| Equipamentos e Instalações | 759.000,00   |               |
| Material Permanente        | 460.000,00   |               |
| Aux. para Obras Públicas   | 5.881.000,00 | 7.100.000,00  |
|                            |              | 34.657.533,00 |

## CREDORES

|                      |              |              |
|----------------------|--------------|--------------|
| Despesas Empenhadas  | 1.739.894,58 |              |
| Despesas Processadas | 382.536,91   |              |
| Folha de Pagamento   | 1.360.499,23 |              |
| Restituições         |              |              |
| Consignações         | 7.935,49     | 3.490.866,21 |

## RESTOS A PAGAR

|             |            |              |
|-------------|------------|--------------|
| Empenhados  | 109.092,03 |              |
| Processados | 25.417,60  | 134.509,63   |
|             |            | 3.625.375,84 |

## CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes

## TOTAL DO PASSIVO

38.282.908,84

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de junho de 1975.

## DFCP – CONTABILIDADE GERAL – BALANCETE DO MÊS DE JULHO DE 1975

## A T I V O

## DISPONIVEL

|            |  |              |              |
|------------|--|--------------|--------------|
| Tesouraria |  | 1.743.814,01 | 1.743.814,01 |
|------------|--|--------------|--------------|

## EXECUÇÃO DA DESPESA

|                             |               |               |               |
|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Venc. e Vantagens Fixas     | 14.845.651,00 |               |               |
| Desp. Var. com o Pes. Civil | 7.957.145,45  |               |               |
| Material de Consumo         | 630.800,10    |               |               |
| Serviços de Terceiros       | 2.668.160,52  |               |               |
| Encargos Diversos           | 1.006.303,24  |               |               |
| Despesas de Exerc. Ant.     | 84.440,13     |               |               |
| Subvenções Sociais          | 3.669.578,00  |               |               |
| Inativos                    | 1.792.714,07  |               |               |
| Pensionistas                | 772.975,36    |               |               |
| Salário Família             | 244.402,28    |               |               |
| Equipamentos e Instalações  | 394.206,49    |               |               |
| Material Permanente         | 313.155,35    |               |               |
| Aux. para Obras Públicas    | 5.880.834,41  |               |               |
| Contrib. de Prev. Social    | 236.652,67    | 40.497.019,07 | 40.497.019,07 |

## CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas

|                |  |  |               |
|----------------|--|--|---------------|
| TOTAL DO ATIVO |  |  | 42.240.833,08 |
|----------------|--|--|---------------|

## P A S S I V O

## LIBERAÇÃO DA SEC. FAZENDA

## PESSOAL

|                             |               |               |  |
|-----------------------------|---------------|---------------|--|
| Venc. e Vantagens Fixas     | 16.080.000,00 |               |  |
| Desp. Var. com o Pes. Civil | 6.320.000,00  |               |  |
| Inativos                    | 1.529.000,00  |               |  |
| Pensionistas                | 647.000,00    |               |  |
| Salário Família             | 181.000,00    | 24.757.000,00 |  |

## OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

|                            |              |              |  |
|----------------------------|--------------|--------------|--|
| Material de Consumo        | 760.000,00   |              |  |
| Serviços de Terceiros      | 3.550.000,00 |              |  |
| Encargos Diversos          | 650.533,00   |              |  |
| Desp. de Exerc. Anteriores | 200.000,00   |              |  |
| Subvenções Sociais         | 2.120.000,00 |              |  |
| Contrib. de Prev. Social   | 230.000,00   | 7.510.533,00 |  |

## CAPITAL

|                            |              |              |               |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Equipamentos e Instalações | 810.000,00   |              |               |
| Material Permanente        | 409.000,00   |              |               |
| Aux. para Obras Públicas   | 5.881.000,00 | 7.100.000,00 | 39.367.533,00 |

## CREDORES

|                      |              |              |  |
|----------------------|--------------|--------------|--|
| Despesas Empenhadas  | 1.136.551,49 |              |  |
| Despesas Processadas | 156.719,74   |              |  |
| Folha de Pagamento   | 1.308.078,81 |              |  |
| Restituições         |              |              |  |
| Consignações         | 141.024,56   | 2.742.374,60 |  |

## RESTOS A PAGAR

|             |            |            |              |
|-------------|------------|------------|--------------|
| Empenhados  | 105.507,88 |            |              |
| Processados | 25.417,60  | 130.925,48 | 2.873.300,08 |

## CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes

|                  |  |  |               |
|------------------|--|--|---------------|
| TOTAL DO PASSIVO |  |  | 42.240.833,08 |
|------------------|--|--|---------------|

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de agosto de 1975.